
RATIFICAÇÃO DE CONTRATAÇÃO DIRETA
[INEXIGIBILIDADE N.º 008/2022IN]

UNIDADE SOLICITANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURIDICA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NO APOIO OPERACIONAL NO À GESTÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, NA OPERACIONALIZAÇÃO DOS PROGRAMAS OFICIAIS DO GOVERNO (BPA, SIASUS, SIAIH01, CNES, FPO, BOLSA FAMILIA, CADWEB, E-GESTO, E-SUS E PRONTUÁRIO ELETRONICO DO CIDADÃO - PEC) COM SUPORTE TECNICO, MONITORAMENTO E AUTORIZAÇÃO DE LAUDOS PARA O MUNICIPIO DE SEBASTIÃO LARANJEIRAS - BA

VALOR: R\$ 91.200,00 (Noventa e um mil e duzentos reais), global.

VIGÊNCIA: de 14/01/2022 a 31/12/2022

CONTRATADO: AQUALIS INFORMÁTICA EIRELI
CNPJ: 00.714.508/0001-51

DOTAÇÃO:

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	05.05 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PROJETO/ATIVIDADE	10.302.0008.2.538 GESTÃO DAS AÇÕES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
ELEMENTO DE DESPESA	3.3.90.39.00 Outros Servicos Terceiros - Pessoa Juridica

JUSTIFICATIVA: A contratação se justifica devido a necessidade da continuidade da capacitação, das equipes de Saúde da Família, Unidades Básicas de Saúde, Farmácia Básica do município da Secretaria Municipal de Saúde; Implantação do PEC (prontuário eletrônico do cidadão).

A publicação do ato de dispensa ou DISPENSA, consoante o exposto no Acórdão do TCU n.º 1.336/2006 Plenário, somente se aplica às compras diretas cujo valor seja superior aos valores contidos nos incisos I e II do art. 24 da Lei n.º 8.666/93, caso em que a deverá publicar o extrato correspondente no Diário Oficial. Conforme dispõe o Manual de Compras Diretas do TCU.

Orientação Normativa nº 33-AGU, de 13 dez 11:

"O ato administrativo que autoriza a contratação direta (art. 17, §§ 2º e 4º, art. 24, inc. III e seguintes, e art. 25 da Lei nº 8.666, de 1993) deve ser publicado na imprensa oficial, sendo desnecessária a publicação do extrato contratual".

Orientação Normativa nº 34-AGU, de 13 dez 11:

"As hipóteses de DISPENSA (art. 25) e dispensa de licitação (incisos III e seguintes do art. 24) da Lei nº 8.666, de 1993, cujos valores não ultrapassem aqueles fixados nos incisos I e II do art. 24 da mesma lei, dispensam a publicação na imprensa oficial do ato que autoriza a contratação

direta, em virtude dos princípios da economicidade e eficiência, sem prejuízo da utilização de meios eletrônicos de publicidade dos atos e da observância dos demais requisitos do art. 26 e de seu parágrafo único, respeitando-se o fundamento jurídico que amparou a dispensa e a DISPENSA".

**FUNDAMENTAÇÃO
LEGAL:** Lei 8.666/1993 - Artigo 25 - Inciso II

**PARECER
JURÍDICO:** ANEXO

RATIFICAÇÃO

Em vista das justificativas e fundamentações retro, **APROVO** a realização da despesa, independente de licitação.

Sebastião Laranjeiras - Bahia, 14 de janeiro de 2022.

PEDRO ANTONIO PEREIRA MALHEIROS
Prefeito